

Brazilian Journal of Development

Os papéis da ação política de o estado de São Paulo durante a ditadura militar de 1964-1985

The roles of political action of the state of São Paulo during the military dictatorship of 1964-1985

DOI:10.34117/bjdv5n10-341

Recebimento dos originais: 27/09/2019

Aceitação para publicação: 29/10/2019

Thiago Vieira Pereira

Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal de Sergipe

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Endereço: Rua João Figueiredo Neto, 129 - Bairro Santos Dumont, Aracaju - SE, Brasil

E-mail: th91vi@gmail.com

Daniel Pereira Brandi

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Endereço: Rua Francisco de Assis Delmondes, 200, Ecoville Park, Torre Sementeira, Ap. 104 -

Bairro Ponto Novo, Aracaju – SE, Brasil

E-mail: danielbrandi@hotmail.com

RESUMO

Nas comemorações pelo fim da última ditadura militar no Brasil, os jornais que atuaram na época têm a oportunidade de contar suas narrativas e versões dos fatos ocorridos durante o período, sua atuação e os ataques que sofreram dos militares. Pesquisadores contestam as narrativas construídas por estes veículos de imprensa, que se identificam como defensores da liberdade política e de imprensa, apontando o silêncio que os veículos mantêm sobre os momentos em que apoiaram ativamente a instauração da ditadura militar. Este estudo faz uma revisão bibliográfica e de conteúdo para corroborar a tese de que nosso objeto de estudo, o jornal impresso O Estado de São Paulo, teve atuação política na consolidação e legitimação da ditadura militar, impactando diretamente sobre a percepção pública e formação de políticas da época.

Palavras-chave: História do jornalismo. Ditadura Militar. O Estado de São Paulo.

ABSTRACT

In commemorations of the end of the last military dictatorship in Brazil, the newspapers that acted at the time have the opportunity to tell their narratives and versions of the facts that occurred during the period, their performance and the attacks they suffered from the military. Researchers contest the narratives constructed by these press vehicles, who identify themselves as advocates of political and press freedom, pointing to the silence that the vehicles maintain about the moments in which they actively supported the establishment of the military dictatorship. This study makes a bibliographic and content review to corroborate the thesis that our object of study, the printed newspaper O Estado de São Paulo, had political action in the consolidation and legitimation of the military dictatorship, directly impacting the public perception and politics formation. of the time.

Keywords: History of journalism. Military dictatorship. The state of Sao Paulo.

1. INTRODUÇÃO

A ditadura militar que governou o Brasil de 1964 a 1985 ainda deixa marcas na atual vida política do país, sendo que muitos dos agentes que tiveram influência durante o período ainda se encontram atuantes. Muitos dos grandes veículos de imprensa existentes na época lembram do período de maneira ambígua.

Em editorial publicado em 30 de março de 2014, “Editorial: 1964”, o jornal Folha de São Paulo afirma que o apoio do jornal ao golpe foi um erro, mas que parecia a melhor escolha para a época, declarando que “É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

Sobre o papel da oposição política à ditadura, o jornal afirma que “parte da esquerda forçou os limites da legalidade na urgência de realizar, no começo dos anos 60, reformas que tinham muito de demagógico”, também declarando que aquela esquerda tinha a intenção de instaurar uma “ditadura comunista” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

De forma parecida, O Globo já havia publicado, em 31 de agosto de 2013, o editorial “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”, forçado pelas manifestações civis que surgiram em todo o Brasil em junho do mesmo ano, onde movimentos ativistas usavam o mote “a verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”.

No texto, O Globo reconhece o erro da organização em ter apoiado o golpe que levou à ditadura, junto a outros grandes veículos da época, mas também tenta suavizar sua posição usando argumentos semelhantes ao da Folha de São Paulo, pois

“Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas” (O GLOBO, 2013).

O jornal também defendeu as posturas do presidente do veículo, Roberto Marinho, que em determinada ocasião defendeu seus jornalistas de esquerda do general Juricy Magalhães, então ministro da justiça, ao declarar “Cuide de seus comunistas, que eu cuido dos meus”.

Posição mais contraditória foi a defendida pelo jornal O Estado de São Paulo, no editorial “Meio século depois”, publicado em 31 de março de 2014. O texto inicia se referindo ao golpe militar como “movimento civil-militar de 31 de março de 1964”, e em nenhum ponto o jornal se refere ao acontecido como “golpe” ou mesmo a uma “ditadura”. No fim do texto, o jornal também reitera os perigos que a esquerda representava na época:

“A redemocratização viria ao fim de duas décadas de arbítrio, graças à persistência de milhares de brasileiros que se comportaram de forma pacífica e ordeira, repudiando tanto a violência empregada por aqueles que escolheram equivocadamente a luta armada quanto a brutalidade dos agentes do regime de exceção” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Este texto contradiz editoriais passados, onde O Estado de São Paulo atribui ao governo de então a deterioração das instituições políticas do país, a diminuição dos direitos individuais no país e se descreve como perseguido pela administração executiva. Estes editoriais que criticam a junta militar também contradizem editoriais públicos e documentos privados onde o jornal tece elogios à ditadura e ao “movimento”.

Também aparece na narrativa que o Estadão faz de si mesmo o papel de advogado da liberdade de expressão. Em 1994, em um conjunto de matérias intitulado “30 anos depois...”, o jornal constrói para si mesmo uma imagem de opositor ao regime, fazendo um contraste entre dois “lados”, o da opressão contra a liberdade, estando o jornal claramente do lado da liberdade (BIROLI, p. 280). O texto assinado por Oliveiros Ferreira descreve a situação após a promulgação do Ato Institucional nº5: “foi uma época feita para os que sabiam jogar o jogo da guerra”, “foi uma época em que se investigava tudo – e aí começou a ser demolido o braço empresarial do Estado e começaram as denúncias da miséria, do descalabro do meio ambiente, da situação dos índios” (FERREIRA apud BIROLI, p. 280). A narrativa termina com um final feliz: “Foi uma luta em que triunfamos, nós da Redação” (ibid.).

Neste estudo afirmamos que durante a ditadura militar resultado do golpe de 1964, nosso objeto de estudo, O Estado de São Paulo, representou três papéis: o de apoiador, dando legitimação ao governo que se seguiu ao golpe; o de opositor, criticando o governo e se colocando ao lado das liberdade civis; e o de mártir, vítima de censura e de ocupações da redação, livre de responsabilidades anteriores. Ao final deste artigo tecemos considerações sobre as legitimidades destes papéis.

2. LEGITIMANDO O GOLPE

De 19 de março a 8 de junho de 1964, ocorreu uma série de manifestações civis contra o que foi considerado, pelos militares e pela ala conservadora da população, um conjunto de ações ameaçadoras por parte do então Presidente, João Goulart. A primeira e maior delas aconteceu em 19 de março de 1964, em São Paulo, reunindo cerca de trezentas mil pessoas. Chamada de Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ganhou divulgação editorial explícita na edição de 19 de março de 1964 de O Estado de São Paulo, com uma cobertura publicada no dia 20 de março, descrita como “a maior manifestação cívica já vista [no] estado” (ABREU, 2010a, 2010b). A deposição do presidente

João Goulart foi comemorada nas páginas do Estadão, com textos exaltando o movimento militar e elogiando a participação dos paulistas na Marcha (ABREU, 2010b).

Ainda em 1964, o jornal apoiou a promulgação do Ato Institucional nº 1 e defendeu as cassações feitas pelo governo Castelo Branco em defesa do regime (ABREU, 2010b).

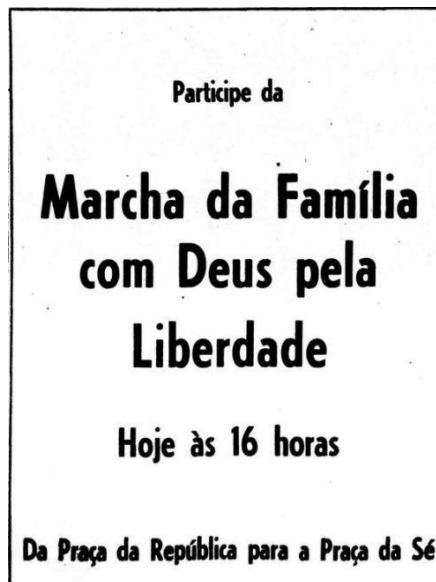


Figura 1: Convocação para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964¹

No mesmo ano, em carta datada de 12 de maio de 1964, Júlio Mesquita Filho, diretor-executivo do Estadão, expressa satisfação com os resultados do golpe (ibid.):

“Mesquita fala nas proporções assumidas pelo “nosso movimento”, elogia Castelo Branco (“finalmente pusemos a mão numa personalidade de primeira ordem”) e expressa seu apoio à intenção de Carlos Lacerda de suceder Castelo na presidência da República (“da sua eleição dependerá, segundo estou convencido, o resultado final do nosso movimento”). Mesquita expressa, no entanto, sua opinião de que a presidência de Castelo não deveria estender-se apenas até a data, estabelecida inicialmente, de outubro de 1965 (...)”

Esta preocupação quanto aos desdobramentos ditadura são de especial interesse de mesquita pois ele foi o redator do documento denominado Roteiro da Revolução, “o qual, segundo o periódico, teria inspirado e orientado algumas das primeiras medidas tomadas pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964” (ABREU, 2010b).

Portanto é patente a participação de O Estado de São Paulo na legitimação e organização dos eventos que levaram à deposição do então constitucionalmente legitimado presidente, João Goulart.

¹ Extraído de <<https://www.estadao.com.br/blogs/reclames-do-estadao/marcha-da-familia/>>. Acesso em 25 de julho de 2018.

Os fatos expostos embasam o papel do jornal como apoiador da ditadura militar. A diretoria do jornal esperava que a “revolução, assumindo o poder, devia designar imediatamente um presidente da República ou chefe do governo revolucionário” (ABREU, 2010b), mas o destino seguiu por outros caminhos. O não-cumprimento do roteiro elaborado por Mesquita, fez com que o jornal mudasse de posição, assumindo o papel de opositor.

3. OPOSIÇÃO À DITADURA

Após o golpe de 1964, O Estado de São Paulo fez uma cobertura em sua maior parte positiva da junta militar que governou o país, com elogios constantes à gestão da economia do país, e críticas pontuais ao desdobramento da política no país. O jornal começaria a ter uma posição ambígua a partir de julho de 1966.

Há tempo considerável, os editoriais do jornal criticaram as medidas tomadas pela esfera executiva que atrofiam o funcionamento da esfera legislativa. Na data da promulgação do Ato Complementar nº 16, de 23 de julho de 1966, o jornal publicou texto criticando o conjunto de medidas, que afirmava enfraquecer ainda mais o Legislativo (ABREU, 2010b).

Há tempos o jornal também questionava as sucessões presidenciais que se seguiram ao golpe, pois o roteiro projetado por Júlio Mesquita Filho ditava a indicação de eleições tão cedo quanto os “inimigos da revolução” fossem neutralizados (ABREU, 2010b). A demora na convocação de eleições e a sucessão de eleições indiretas para presidência eram, portanto, medidas publicamente legitimadas a contragosto. Assim, “embora aprovasse a indicação do general Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da República, o jornal foi, portanto, contra sua eleição pelo Congresso” (ibid.), em 1965.

A mesma lógica se aplicou à indicação do general Artur da Costa e Silva para a presidência da República. A expectativa de um presidente civil foi frustrada quando os esforços para a meta foram diluídos com a fundação da Frente Ampla, movimento de oposição à ditadura fundado com Juscelino Kubitschek e João Goulart, já que O Estado de São Paulo advogou por uma candidatura civil única. Afinal, o jornal apoiou publicamente a nomeação de Artur da Costa e Silva, em 3 de outubro de 1966 (ABREU, 2010b).

Quando a junta militar cassou os direitos políticos da Frente Ampla e seus integrantes, usando os poderes garantidos pelo Ato Institucional nº 2, do qual o Estadão foi apoiador incontestável no momento de sua proclamação (ABREU, 2010b), o jornal definitivamente se coloca como jornal de oposição. Segundo Abreu (2010b), “O editorial de 3 de dezembro de 1968 aconselhava o governo a promover uma reforma da Constituição que restituísse a autonomia do Legislativo. O Executivo era

igualmente incitado a reformular a vida partidária, a modificar as leis de segurança e de imprensa e a ‘sincronizar as aspirações populares com as instituições políticas’”.

Em 13 de dezembro de 1968, O Estado de São Paulo publicou o editorial “Instituições em frangalhos”, horas antes da promulgação do Ato Institucional nº 5, que levaria à apreensão da edição daquele dia. Nele, o jornal afirmava que as instituições do país se encontravam deslegitimadoras, em todas as suas esferas:

“A desordem passou a campear nos arraiais estudantis, ao mesmo tempo em que, ante o mal-estar geral, o clero revoltoso fazia sentir a sua presença até mesmo nas praças públicas. Dentro dos próprios limites do feudo aparentemente submisso à vontade do Palácio da Alvorada, não se passava dia sem que se manifestassem sintomas da insurreição latente. A Arena aderiu à rebeldia geral com tamanha evidência que o próprio MDB sentiu que era chegado o momento da desforra. Resolveu então, com uma ousadia que a todos espantou, enfrentar a ditadura militar em que vivemos desde 1964 ferindo na sua suscetibilidade as Forças Armadas brasileiras. Já agora, a ordem que julgava s. exa. o sr. presidente da República dever a Nação às instituições que ele lhe impôs revela-se uma vã aparência, pois que, ao apelar para os que considerava correligionários seguros das acutiladas da oposição contra os seus companheiros de armas, se vê s. exa. totalmente desamparado (...) Agora, porém, que são claros os sinais da desagregação irreduzível da maioria parlamentar, como o comprova a estrondosa derrota sofrida ontem pelo governo, quando mais de 70 deputados da Arena votaram contra a concessão de licença para processar o deputado Marcio Moreira Alves, pergunta-se: que é que poderá resultar de um estado de coisas que tanto se assemelha ao desmantelamento total do regime que o sr. presidente da República julgava fosse o mais conveniente àquele delicadíssimo e frágil arquipélago de grupos sociais a que se referia ainda ontem, cuja integridade, é s. exa. o primeiro a reconhecê-lo, está por um fio? (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1968).”

A partir de então é consolidada a figura de O Estado de São Paulo como *opositor* ao regime vigente, até a instauração da sexta República, em 1985. Durante este período o jornal se utilizou de diversos artifícios para driblar a censura e, quando não possível, sinalizar à audiência as intervenções sofridas. A partir de 1971, o Estadão passou a publicar textos contendo assuntos não habituais, como os poemas do poeta português Luís de Camões.

Em análise de edições veiculadas entre 1972 e 1975, Nascimento (et al, 2013) identificou dois tipos gerais de censura nas páginas de O Estado de São Paulo: política e empresarial, “onde a política se restringia ao fato do jornal se adequar as vontades do Estado e na empresarial, os anunciantes detinham o poder de divulgar anúncios, estes que muitas vezes tomavam o lugar de notícias” (Nascimento et al, p.2). A pesquisa apontou 5 casos de censura no período analisado, mas não citou qual o tamanho da amostra total, quantas edições foram publicadas no período. A seguir destacamos as de maior destaque.

Na edição do dia 19 de setembro de 1972 o jornal sofreu censura política na forma de censura prévia, publicando no lugar dos textos censurados as chamadas do jornal (que deveriam vir na primeira página) e imagens irrelevantes ao invés da notícia (Nascimento et al, p.10).

Em 19 de junho de 1973, o jornal se utilizou de autocensura política para condenar ações do presidente, se utilizando de linguagem poética, criticando-o de maneira irônica. (Nascimento et al, p.11).

Em 15 de agosto de 1974, se notou censura empresarial, onde o jornal trocou os anúncios originais por anúncios satíricos irrelevantes. Também se percebeu censura política, com a troca de uma notícia por um poema de Camões (Nascimento et al, p.11).

Com o fim da ditadura, foi chegado o momento de investigar as responsabilidades sobre este período deprimente da história brasileira. A partir daqui identificamos o papel do Estadão como mártir.

4. REESCREVENDO A HISTÓRIA

Como vimos anteriormente, no editorial “Meio século depois”, O Estado de São Paulo fez esforços para atenuar a culpa dos setores civis da sociedade na legitimação do governo que sucedeu o golpe. Também vimos que, segundo Abreu (2010b), o jornal foi favorável à vigência do Ato Institucional nº 2. Portanto é contraditório que no mesmo editorial o Estadão afirma que

“O Ato Institucional n.º 2, o AI-2, de 27 de outubro de 1965, desviou o movimento de seu rumo. Mais grave do que extinguir os partidos foi, como assinalou o Estado em vários editoriais – notadamente os de 28 e 29 de outubro –, tornar permanentes medidas de emergência, excepcionais e transitórias, destinadas a recolocar o País no caminho democrático. O AI-2 marca o afastamento do Estado do movimento. A sua componente civil foi definhando e ele se tornou essencialmente militar. Começou ali o processo que levou ao autoritarismo e ao arbítrio do AI-5, à censura, à repressão, ao cerceamento das liberdades civis e dos direitos individuais (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).”

Para Biroli (2004, p.278), esta contradição pode ser operacionalizada quando os agentes em um processo político deliberadamente se utilizam de silêncio para a construção da memória do processo:

“Silenciam, assim, sobre o fato de que as relações entre imprensa e política em tempos de democracia se caracterizaram, inúmeras vezes, por práticas negadoras de aspectos centrais à política democrática, como a não aceitação das opções contidas no voto, a não aceitação do confronto como constitutivo da política e das sociedades e, para fazer uma referência

explícita às discussões em Koselleck e D'Allones, a não aceitação da indeterminação que constitui a política e a democracia (ibid.).”

Biroli afirma que esta estratégia empregada pelo jornal não é nova, destacando que o texto intitulado “O Estadão faz 125 anos, mas só conta 120. Erro de cálculo? Não, intervenção mesmo”, que se refere ao período de 1940 a 1945, durante os quais o jornal esteve sob intervenção da ditadura de Getúlio Vargas:

“Em 1940, a ditadura Vargas, incomodada com a postura editorial do Estadão, invade sua sede e expulsa diretores e jornalistas. Durante 5 anos, o Estadão não foi o Estadão. Só a partir de 1945, novamente sob a direção da família Mesquita e tendo à frente Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, o Estadão voltou a ser um jornal livre. E voltou a denunciar. Mas em 1971, com os militares no poder, sensores são instalados nas redações dos jornais, vetando quaisquer notícias sobre prisões e protestos ou declarações contrárias ao regime ditatorial. Para fazer resistência, o Estadão usou uma arma bastante poderosa: a poesia. 660 trechos de Os Lusíadas, de Camões, foram usados no lugar das matérias censuradas. Era uma forma de mostrar aos leitores que alguma coisa estava errada. E de mostrar aos generais que era impossível fazer calar nossos jornalistas (ibid.).”

Para Biroli o salto de 16 anos no período abordado no texto é deliberado, silenciando sobre os períodos em que o jornal agitava as águas políticas.

5. Conclusão

Expostos os fatos neste estudo, podemos entender como O Estado de São Paulo atuou em papéis diferentes, durante períodos diferentes da ditadura: no começo, o jornal atuou como apoiador, legitimando o regime; após o “movimento” ter fugido ao roteiro elaborado por seu diretor, Júlio Mesquita Filho, o jornal adotou a postura de opositor; e finalmente adotou a figura de mártir, defensor dos valores de liberdade de expressão oprimidos pelo regime militar.

Constatamos a legitimidade do papel de opositor, como visto em Nascimento (et al, 2010), onde o jornal sofreu repressão dos censores instituídos pela ditadura, visível nas páginas de suas edições. O papel de apoiador, sobre o qual o jornal se silencia, é legitimado por documentos escritos pelo próprio diretor do jornal à época, um dos arquitetos do golpe. O papel de *mártir* é uma construção deliberada que é legítima apenas a quem não tem acesso a fontes que contradigam os editoriais publicados pelo próprio jornal.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sao-paulo-o>>. Acesso em: 24 de julho de 2018.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Organizações Globo. 31 agosto. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-umerro-9771604>>. Acesso em 24 de julho de 2018.
- BIROLI, Flávia. **Jornalismo, democracia e golpe: a crise de 1955 nas páginas do Correio da Manhã e de O Estado de S. Paulo**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2004, n.22, pp.87-99. ISSN 0104-4478. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782004000100008>.
- FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha. 30 de março. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>>. Acesso em 24 de julho de 2018.
- FERREIRA, Oliveiros. **Que jornal subversivo estávamos fazendo**. O Estado de S. Paulo, p.X3, 31/03/1994
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Estado. 13 dezembro. 1968. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,instituicoes-em-frangalhos,289780>>. Acesso em 24 de julho de 2018.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Estado. 31 março. 2014. Disponível em: <<http://opiniaio.estadao.com.br/noticias/geral,meio-seculo-depois-imp-,1147202>>. Acesso em 24 de julho de 2018.
- VIEIRA, Allana Meirelles; NEVES, Teresa Cristina da Costa. **Memória autoritária: a ditadura brasileira em editoriais e artigos sobre os 50 anos do golpe**. Ver. Ipotesi, Juiz de Fora, v.19, n.2, p. 42-52, jul./dez. 2015